



Senado aprova regras para a criação de políticas públicas

Roque de Sá/Agência Senado



Roberto Muniz fala no Plenário sobre a proposta que estabelece critérios para o governo criar políticas públicas

Projeto obriga o Executivo a enviar ao Congresso avaliação prévia sobre novos programas e ações, para melhorar a responsabilidade gerencial da administração

O Plenário aprovou ontem projeto que obriga o governo a enviar ao Congresso relatório detalhado sobre o impacto da aprovação de qualquer lei que crie política pública. O objetivo é buscar a responsabilidade gerencial da administração, tornando a gestão pública mais transparente, profissional e eficiente.

Pela proposta, que segue para a Câmara, ao ser criada uma nova política pública, devem ser definidos itens como os responsáveis pela coordenação e articulação das ações, as compe-

tências das partes envolvidas e o plano de gestão de riscos, com a identificação dos principais problemas que possam surgir, além das medidas mitigadoras previstas para resolvê-los.

Para o autor do projeto, Roberto Muniz, a falta de planejamento na elaboração e fiscalização de políticas públicas é um dos problemas mais graves do país, que resulta em desperdício de recursos. Muniz fez ontem seu discurso de despedida do Senado porque o titular da vaga, Walter Pinheiro, vai reassumir o mandato. **3**

Senadores divergem sobre habeas corpus de Lula e sobre repercussão

O julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula no Supremo Tribunal Federal e declarações do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, dominaram as discussões de ontem no Senado.

Uma carta enviada por um grupo de senadores ao Supremo na terça-feira defendendo a prisão após a condenação em segunda instância dividiu o Plenário.

Outro grupo de parlamentares divulgou um manifesto em defesa da Constituição e da democracia. **4**



Roque de Sá/Agência Senado

Num dia dominado por debates sobre julgamento, senadores se alternaram nos discursos pró e contra o habeas corpus

Aposentados com HIV podem ser liberados de fazer novas perícias

Projeto de Paulo Paim que dispensa de reavaliação a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez foi aprovado ontem, em decisão final, na Comissão de Assuntos Sociais.

O relator, Romário, ressaltou que, ao ser aposentada por invalidez, uma pessoa já passou por diversos períodos de auxílio-doença, o que atesta a degradação de sua saúde. **5**

Cartões corporativos: novas regras seguem para a Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça confirmou, em turno suplementar, a aprovação do projeto que prevê regras para o acesso e

utilização do cartão corporativo por servidores públicos federais. O texto segue agora para votação na Câmara dos Deputados. **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Anastasia e Lasier, relator do projeto que regulamenta cartões corporativos

Licença para mães deve aumentar de 4 para 6 meses

Segundo proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais, a licença-maternidade para quem trabalha pela CLT pode passar de quatro para seis meses. O projeto deve seguir para a Câmara. **5**

Comissão aprova compra simplificada de material médico

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou em decisão final a proposta apresentada por Ivo Cassol e relatada por Ana Amélia que permite a licitação simplificada de material médico-hospitalar. **7**

Avança fundo para gerir compensação ambiental **6**

Plenário reconduz juiz a Conselho do Ministério Público **8**

Acaba horário fixo da Voz do Brasil no rádio **2**

Instalada comissão da MP de assistência a imigrantes

Outros dois colegiados mistos que se reuniram ontem para eleger presidente, vice e relator analisarão medidas sobre criação do Ministério da Segurança Pública e sobre dispensa de retenção de tributos

FORAM INSTALADAS ONTEM três comissões mistas para analisar e emitir parecer sobre medidas provisórias. Entre as MPs em análise, está a que define ações de apoio aos imigrantes em situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos venezuelanos que estão chegando ao Brasil (MP 820/2018).

Os outros textos a serem analisados são a MP 821/2018, que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, e a MP 822/2018, sobre a dispensa de retenção de tributos.

A instalação foi seguida pela eleição dos presidentes e vice-presidentes das comissões, que indicaram os relatores e revisores das medidas.

A comissão da MP que trata da assistência emergencial para o acolhimento de estrangeiros que buscam escapar de crises humanitárias em seus países será presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e terá como vice-presidente a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP). Já o relator do colegiado será o deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR).

O texto é voltado, inicialmente, para atendimento dos venezuelanos que estão migrando em massa para Roraima. Entre as iniciativas previstas na MP, estão a priorização de políticas de proteção social, atenção à saúde, oferta educacional, garantia de direitos humanos e logística de distribuição de insumos.

Outro colegiado irá analisar a MP que cria um novo ministério a partir de um desmembramento do Minis-



Gilberto Nascimento e Dário Berger vão analisar criação de ministério

tério da Justiça e Segurança Pública. A medida recebeu 138 emendas dos parlamentares. O colegiado será presidido pelo deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP). A relatoria será responsabilidade do senador Dário Berger (PMDB-SC). O cargo de vice ainda está vago.

De acordo com o texto, a nova pasta atuará em cooperação com estados e municípios para a integração em todo o território nacional.

Tributos

A terceira MP a ser analisada por uma comissão dispensa, até 31 de dezembro de 2022, os órgãos da administração pública federal da retenção de quatro tributos federais nas compras de passagens aéreas compradas com o Cartão de Pagamentos do Governo Federal, também conhecido como cartão corporativo.

Para o cargo de vice-presidente, foi eleito o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), que indicou o deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG) para

a relatoria da comissão. A presidência do colegiado está ainda vaga.

A dispensa da retenção valerá para as compras feitas diretamente com as empresas aéreas e abrange o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Na prática, a medida prorroga o prazo de dispensa da retenção previsto na Lei do Ajuste Tributário (Lei 9.430/1996), que autorizava essa dispensa até 31 de dezembro de 2017.

As medidas provisórias que chegam ao Congresso devem ser analisadas por comissões mistas e, após terem um parecer aprovado por esses colegiados, passam a tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado. As determinações dos textos do Executivo já estão em vigor, pois têm força de lei e passam a valer a partir da data de publicação.

Chaves celebra avanço na mudança do ensino médio

Na terça-feira, o Ministério da Educação encaminhou a reforma do ensino médio ao Conselho Nacional de Educação, para a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Relator no Congresso da medida sobre a reestruturação do ensino médio (MP 746/2016), aprovada em fevereiro do ano passado, Pedro Chaves (PRB-MS), comemorou o fato como “mais um passo do Brasil para a educação de primeiro mundo”.

O senador explica que, de posse do documento da BNCC, o Conselho Nacional de Educação irá debater o material e votar a versão final da proposta de alterações, baseada na relatoria de Chaves. Após esse trâmite, o Ministério

da Educação receberá novamente a BNCC, já no formato para homologação.

De acordo com o senador, a mudança principal será que o aluno assumirá o papel principal na sua formação escolar.

Orientação

A proposta, segundo Chaves, é estabelecer uma orientação para o conteúdo a ser aplicado em cada série do ensino médio, ou seja, conhecimentos, habilidades e competências devem ser desenvolvidos de modo igualitário para todos os estudantes do país.

— Fico muito satisfeito em fazer parte do futuro das nossas crianças, afinal, a Base Nacional Curricular foi desenvolvida a partir da reforma do ensino médio, que esteve sob

minha relatoria no Senado.

O senador considera que, com a reforma do ensino médio sendo colocada em prática, o país sairá de um atraso de décadas.

— Tenho grande orgulho por ter promovido a maior mudança da educação brasileira nos últimos 20 anos. Somente por meio da educação poderemos transformar a realidade de nosso povo. Com o atual modelo do ensino médio, o aluno se tornou o protagonista do seu próprio futuro — disse.

A BNCC define as competências e objetivos de aprendizagem nas quatro áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais.

Sancionada norma que flexibiliza o horário de A Voz do Brasil

O programa *A Voz do Brasil* poderá ser veiculado pelas emissoras de rádio no intervalo das 19h às 22h e não mais obrigatoriamente das 19h às 20h. Ele é transmitido em todas as emissoras de rádio do país. A lei que flexibiliza o horário foi sancionada ontem.

Programa de rádio mais antigo do país e do Hemisfério Sul ainda em execução, *A Voz do Brasil* completa 83 anos em 2018 e noticia as ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais. As informações vão ao ar de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados. O material referente ao Executivo é produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O texto aprovado (PLC 109/2006) mantém o atual horário de transmissão para as emissoras educativas e

determina que o Poder Executivo regulamente casos excepcionais de flexibilização e dispensa de retransmissão do programa.

O texto determina que as emissoras de rádio informem aos ouvintes, às 19h, o horário em que vão transmitir *A Voz do Brasil*.

Temer lembrou que o programa foi criado à época do Estado Novo e que hoje a realidade do acesso à informação é outra. Segundo o presidente, a flexibilização é também um gesto de modernização.

Dados de 2016 apontam que o programa alcançava cerca de 60 milhões de brasileiros. Em 1995, *A Voz do Brasil* entrou para o *Guinness Book* como o programa de rádio mais antigo do país.

Da Agência Brasil

Publicadas duas leis de combate à violência contra a mulher

Duas leis para o combate à violência contra a mulher foram publicadas sem vetos ontem no *Diário Oficial da União*: uma para criminalizar a divulgação de mensagens misóginas (de ódio ou aversão às mulheres) pela internet e outra para tornar crime o descumprimento de medidas protetivas determinadas pela Lei Maria da Penha.

A Lei 13.642/2018 (originada do PLC 186/2017), delega à

Policia Federal a atribuição de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógeno. O projeto foi relatado por Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Já a Lei 13.641/2018, sobre o descumprimento das medidas protetivas, foi originada do PLC 4/2016, relatado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Os projetos foram aprovados pelo Senado no dia 7 de março.

Profissões de esteticista e técnico em estética são regulamentadas

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.643, que regulamenta as profissões de esteticista (dividida em esteticista e cosmetólogo) e de técnico em estética. O PLC 77/2016, que originou a lei, foi aprovado pelo Congresso em março.

A profissão de esteticista exige curso superior em es-

tética e cosmética. O técnico precisa ter curso técnico em estética ou comprovar que já exerce a profissão há pelo menos três anos.

A nova lei já está em vigor. Posteriormente será elaborado um regulamento sobre a fiscalização do exercício da profissão. As regras não se estendem às atividades em estética médica.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Instituições filantrópicas

9h Audiência interativa sobre a relevância das instituições filantrópicas.

CDH Negro no poder

9h Audiência para debater protagonismo negro nas quatro esferas de poder.

CRE Representação na OEA

9h Sabatina de indicado para representar o Brasil na OEA.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Acordo por ponte entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, no Paraguai.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Plenário aprova regras para políticas públicas

Projeto que vai à Câmara determina que o Executivo envie ao Congresso avaliação sobre impactos de novos programas, visando à responsabilidade gerencial da administração

O SENADO APROVOU ontem projeto que obriga o Poder Executivo a enviar ao Congresso avaliação fundamentada sobre o impacto da aprovação de uma lei que crie nova política pública. O texto, do senador Roberto Muniz (PP-BA), busca melhorar a responsabilidade gerencial da administração estatal e agora vai à Câmara.

O PLS 488/2017 — Completar altera a norma que regula o processo de produção de leis. Com as novas regras previstas no texto, todo projeto que institua política pública deverá conter avaliação prévia de seu impacto. A intenção é tornar a gestão pública mais transparente, profissional e eficiente.

Pela proposta, ao ser criada uma nova política pública, devem ser definidos, entre outros itens, os responsáveis pela coordenação e articulação das ações, as competências das partes envolvidas e o plano de gestão de riscos com a

identificação dos principais problemas que possam surgir, além das medidas mitigadoras para saná-los.

Para Muniz, a falta de planejamento na elaboração e fiscalização de políticas públicas é um dos graves problemas do país, o que acaba resultando em desperdício de recursos.

Avaliação

Na justificativa da proposta, o senador defendeu que a avaliação de impacto legislativo ocorra antes da vigência da norma ou da política pública, “de forma a minimizar possíveis falhas quando da concretização da ação estatal”.

Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que o projeto será muito útil ao Brasil.

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ana Amélia (PP-RS) também elogiaram a proposta.

Autor do projeto, Roberto Muniz se despede da Casa

No mesmo dia em que o Senado aprovou seu projeto sobre políticas públicas, Roberto Muniz fez na tribuna um pronunciamento de despedida. Ele é o primeiro-suplente de Walter Pinheiro (sem partido-BA), que havia se afastado da Casa para assumir a Secretaria de Educação da Bahia. Muniz disse ter encontrado no Senado a ampliação do desejo de democracia.

— Devemos lembrar que, além da democracia, há apenas o breu, a exceção e a barbárie. Devemos estar atentos que somos imprescindíveis individualmente, mas que o Senado é imprescindível na sua totalidade, pois é peça basilar da democracia.

O senador citou projetos apresentados por ele



Genildo Magalhães/Agência Senado

Muniz diz que a Casa tem papel imprescindível para a democracia

e já aprovados, como o PLS 445/2016, que obriga empresas de serviços regulados (como telefonia e energia) a atender ligações de celulares, e o PLS 379/2016, que facilitou o repasse aos estados e municípios de recursos do Orçamento da para a defesa agropecuária.

Muniz disse acreditar que a crise de credibilidade na política é fruto da incapacidade de movimentar as instituições rumo a uma sociedade nova que surge.

Ao fim do pronunciamento, Muniz foi saudado por vários colegas, que destacaram seu empenho e dedicação.

Presidente do Senado recebe prêmio Segurança Humana 2018

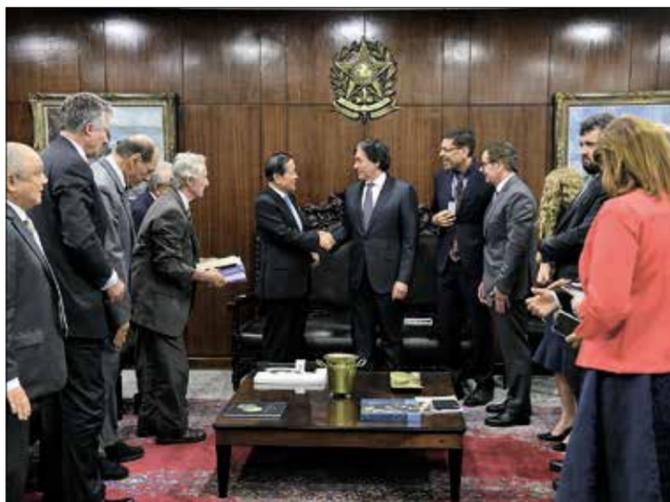
O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o prêmio Segurança Humana 2018, concedido pelo Fórum Internacional sobre Segurança Humana na América Latina. O prêmio foi entregue pelo conselheiro especial do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Yukio Takasu.

A homenagem é um reconhecimento pela coordenação de Eunício do processo de criação da Universidade de Segurança e Desenvolvimento Social da ONU no Brasil e pelo

curso de pós-graduação em justiça social, criminalidade e direitos humanos, inaugurado ontem pelo Instituto Legislativo Brasileiro do Senado em parceria com a Câmara, o Tribunal de Contas da União e o instituto da ONU para prevenção da violência, o Ilanud.

— É preciso que a gente tenha essa consciência: os países, muitas vezes, se desenvolvem, mas os cidadãos não acompanham o desenvolvimento — disse Eunício.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Genildo Magalhães/Agência Senado

Eunício recebe prêmio de conselheiro especial da ONU (ambos ao centro)

Santas casas pedem ajuda a Eunício para regulamentar lei

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, manifestou apoio à regulamentação da Lei 13.479, de 2017, que concede crédito para as santas casas continuarem a operar no SUS. Ele recebeu representantes da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, que estavam acompanhados da senadora Ana Amélia (PP-RS).

Burocracia impede evolução das relações comerciais, diz presidente da Fecomércio

O Brasil deve modernizar a legislação comercial, tendo em vista que é signatário de vários acordos comerciais internacionais, disse ontem o presidente da Fecomércio-DF, Adelmir Santana, em audiência sobre a melhoria do ambiente de negócios. Para ele, o país peca pelo “Estado paquidêmico, difícil, grande, cheio de repetições, o que provoca choques na interpretação das leis e empaca as relações no setor”.

A audiência aconteceu na comissão temporária que analisa o projeto do novo Código Comercial (PLS 487/2013). O anteprojeto do texto que modifica o código de 1850 foi sugerido por uma comissão de juristas. O relator da proposta é Pedro Chaves (PRB-MS).

— O comércio tem especificidades que não podem ser contempladas pelo Código Civil. É

preciso modernizar o Estado brasileiro. A informalidade nos prejudica muito, porque ultrapassa os níveis aceitáveis, e o país não respeita contratos e convenções internacionais. Precisamos oferecer segurança jurídica aos investidores internacionais e empresários brasileiros — disse Santana.

Para o presidente da Comissão do Novo Código Comercial do Conselho Federal da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB), Gustavo Ramiro Costa Neto, há necessidade de regular os processos administrativos que tramitam nas juntas comerciais, o que facilitaria a resolução de conflitos societários fora do âmbito judicial.

— O Código Civil, de 2002, tem mostrado não ser capaz de regular de maneira adequada a relação entre empresários.

Presidente da Associação

Brasileira de Jurimetria, Marcelo Guedes Nunes disse ser preciso contar com um aparato processual que permita aplicação adequada das normas comerciais.

O especialista em direito marítimo Luiz Roberto Leven Siano disse que a melhoria das relações comerciais tornará o Brasil mais eficiente e respeitado no exterior.

— O projeto deve incluir o

princípio da universalidade, tendo em vista que o comércio internacional demanda uniformidade. Ninguém comercial consigo mesmo, mas com o outro, de outra cultura. É preciso que se estabeleçam regras que sejam do conhecimento de todos — afirmou.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Direito Marítimo, Luís Felipe Galante, 95% do comércio brasileiro é feito por via marítima, e mais de 90% do petróleo produzido no país provém do mar.

Pedro Chaves destacou que a comissão vem promovendo audiências públicas regionais. Ele ressaltou ainda que o comércio foi responsável pelo ciclo dos grandes descobrimentos, no qual se insere o Brasil, e que a atividade comercial contribui para a evolução das sociedades.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Pedro Chaves (C) preside debate sobre convenções internacionais e melhoria do ambiente de negócios no Brasil

Julgamento de Lula repercute entre senadores

Grupos de parlamentares apresentaram dois documentos: um defendendo a prisão em segunda instância e outro intitulado *Manifesto em Defesa da Democracia*

O JULGAMENTO PELO Supremo Tribunal Federal (STF) do pedido de habeas corpus preventivo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manifestações do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, dominaram os debates no Senado ontem.

Uma carta enviada por 20 senadores ao STF na terça-feira, defendendo a prisão em segunda instância judicial, dividiu o Plenário. Outro grupo apresentou o documento *Manifesto em Defesa da Democracia*, que até o início da noite havia sido assinado por outros 23 senadores.

O manifesto foi apresentado no Plenário por Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo o texto, o Brasil enfrenta um dos seus maiores desafios, que é defender o regime democrático. Lindbergh disse que o país precisa combater ideias autoritárias ventiladas nas redes sociais e setores da sociedade.

— Este momento grave exige a união de todos aqueles comprometidos com o processo

democrático — destacou.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a Constituição deixa clara a inocência até o trânsito em julgado e é preciso defender a democracia. Na visão de Gleisi Hoffmann (PT-PR), o manifesto à nação é o “mínimo a fazer”, pois a democracia está entrando em degeneração. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a repercussão de manifestações antidemocráticas.

STF

Renan Calheiros (PMDB-AL) criticou os senadores que entregaram uma carta aberta à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, defendendo a manutenção do entendimento do tribunal de que prisões podem se dar após a condenação em segunda instância judicial.

Para Renan, a Constituição é clara ao dizer que a pessoa só pode ser considerada culpada após trânsito em julgado. Em resposta, Lasier Martins (PSD-RS) disse que os senadores que assinaram a carta “têm ficha limpa”. Para ele, após a conde-

nação em segunda instância, já está comprovado o crime. Airtton Sandoval (PMDB-SP), Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PPS-DF), Reguffe (sem partido-DF), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também discordaram de Renan.

General

José Medeiros (Pode-MT) disse ver “muita espuma” sobre as declarações do comandante do Exército. No Twitter, Villas Bôas registrou que a Força compartilha “o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia” e está atento “às suas missões institucionais”. Para Medeiros, o general é um defensor da Constituição. Na mesma linha, Magno Malta (PR-ES) afirmou que o general escreveu palavras patrióticas.

Para Jorge Viana (PT-AC), a manifestação foi infeliz e em momento inadequado. Ele disse acreditar, porém, no sentimento pátrio do general.



João de Araújo/Agência Senado

Presidente do Senado ressalta o papel dos líderes de instituições

Respeito à Constituição e à democracia é um caminho sem atalhos, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, manifestou-se nas redes sociais sobre o papel dos líderes das instituições republicanas no atual cenário político nacional.

Pelo Twitter, ele disse que, nos momentos de tensão social e política,

a missão dos líderes que têm responsabilidade institucional é transmitir serenidade à população e garantir que a Constituição, as leis e a democracia serão respeitadas. “Esse é o melhor caminho para o Brasil, sem atalhos”, escreveu o senador.

Lindbergh Farias condena manifestações do comandante do Exército no Twitter

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse ontem estar preocupado com o que chamou de crescimento das “agressões fascistas” no país. Ele lamentou as publicações em redes sociais do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas,



Waldemir Barreto/Agência Senado

e sua repercussão junto aos militares da Força. Segundo o senador, a Rede Globo de Televisão usou os tuítes do general para chantagear o Supremo Tribunal Federal em relação ao julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula.

Ana Amélia afirma que autoridades têm direito a liberdade de expressão

Ana Amélia (PP-RS) se disse surpresa com as críticas pela simples manifestação de opinião de autoridades públicas. Ela chamou de “ditadura do politicamente correto” as tentativas de calar a liberdade de expressão.

Para ela, todas as auto-



Waldemir Barreto/Agência Senado

ridades — incluindo as militares — devem ter o direito de se manifestar. — O bom da democracia é exatamente essa capacidade de nós todos, cidadãos comuns, autoridades militares, civis, eclesásticas, se manifestarem — afirmou a senadora.

Segundo Vanessa Grazziotin, tuíte do general Villas Bôas parece provocação

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou preocupação com declaração do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, pelo Twitter. O general postou que o Exército compartilha com os brasileiros o anseio de “repúdio à



Waldemir Barreto/Agência Senado

impunidade e de respeito à Constituição”. Para ela, a mensagem soa como uma provocação ao STF. E o silêncio do comandante do Exército, diante da repercussão, agrava a situação. — Isso aumenta a temperatura da crise política.

Medeiros lamenta que julgamento no Supremo tenha “paralisado” o país

José Medeiros (Pode-MT) lamentou que o país tenha parado por causa do julgamento do habeas corpus no Supremo. Para ele, a situação mostra que a nação “se apequena” de um modo que não consegue encontrar seus rumos. O senador lamentou



Waldemir Barreto/Agência Senado

a “capacidade que o Partido dos Trabalhadores e seus anexos têm de tornar todo problema particular em um problema nacional”. — É discussão umbilical. Nada de rumo de nação. É eu em mim mesmo.

Para Humberto, rejeição de prisão em segunda instância é constitucional

Humberto Costa (PT-PE) disse que a rejeição da prisão em segunda instância, em julgamento pelo STF, consiste em “estrito cumprimento” da Constituição e do princípio de presunção de inocência.

Para ele, o STF vai desfazer a injustiça contra



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lula. Mas acusou a direita de transformar o julgamento do habeas corpus em fato político. — O STF tem que ter autonomia, apostar na democracia, na separação dos Poderes e na possibilidade de posições autônomas.

Paulo Rocha alerta para ameaças de ruptura da ordem democrática

Paulo Rocha (PT-PA) disse que o Brasil vive novamente os perigos do rompimento democrático. O senador mencionou a polarização política e lamentou que tenha de voltar a falar sobre ditadura, lembrando a perseguição que sofreu,



Waldemir Barreto/Agência Senado

enquanto lideranças sindicais pagavam com a vida por sua ação política. Ele lamentou a declaração do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, pelo Twitter, que a seu ver “despertou temores de nova ruptura na ordem democrática”.

Fátima Bezerra associa liberdade de ex-presidente à garantia de democracia

Fátima Bezerra (PT-RN) associou a liberdade de Lula à preservação da democracia. A senadora citou um manifesto de juristas contra a prisão em segunda instância e declarou que o povo não abrirá mão da liberdade duramente conquistada.

Ela defendeu Lula que, em seu entendimento, foi

condenado sem crime, e avaliou que a população está mobilizada em apoio à liberdade dele.

— É o povo nas ruas dizendo que não se trata aqui da defesa do Lula pelo Lula. Se trata aqui do zelo pela Constituição. Se trata aqui, portanto, da defesa da democracia — defendeu Fátima.

Para Regina Sousa, defensores de prisão odeiam medidas voltadas aos mais pobres

Os defensores da prisão do ex-presidente Lula são os membros de uma elite que odeia o que ele fez pelos mais pobres, disse Regina Sousa (PT-PI). Também são, segundo a senadora, pessoas que praticam trabalho escravo, que demitiram seus



Waldemir Barreto/Agência Senado

empregados para praticar trabalho intermitente e os “donos dos relhos e dos chicotes”. Ela também mencionou quem atira em ônibus de caravanas, quem privatiza a água, quem torturou e matou na ditadura militar e assassinos de lavradores e índios.

Lasier Martins elogia artigo de José Padilha, autor da série *O Mecanismo*

Lasier Martins (PSD-RS) disse concordar com a opinião do cineasta José Padilha, autor do seriado *O Mecanismo*, sobre como funciona a corrupção no Brasil.

O senador leu artigo publicado na *Folha de S.Paulo*. De acordo com ele, a corrupção não ocorre esporadicamente

e envolve a classe política e a administração pública, e parte do dinheiro desviado retroalimenta o sistema, por meio do financiamento de campanhas.

Para Lasier, o texto e o seriado são elucidativos e explicam, por exemplo, os acordos que ocorreram na Petrobras.

Metrôs de 5 capitais podem parar, alerta debate

Cortes no orçamento ameaçam transporte em Natal, Recife, Maceió, João Pessoa e Belo Horizonte, as cinco cidades onde opera a Companhia Brasileira de Trens Urbanos

OS METRÔS DE Natal, Recife, Maceió, João Pessoa e Belo Horizonte, as cinco capitais atendidas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), podem parar de funcionar até o final do mês se o Orçamento de 2018 para o setor não for revisto, segundo o diretor-presidente da empresa, José Marques de Lima. Ele participou ontem de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Cerca de 600 mil pessoas seriam prejudicadas diariamente.

O orçamento para os metrôs e veículos leves sobre trilhos (VLTs) das cinco cidades, que no ano passado foi de R\$ 265 milhões, caiu para R\$ 142 milhões em 2018, para atender a política de corte de gastos prevista na Emenda Constitucional 95. Segundo Lima, no início do ano se chegou a cogitar reduzir o número de viagens e de trens em circulação, mas nova avaliação de técnicos da CBTU aponta que

seria impossível manter o sistema em funcionamento sem o reforço do orçamento:

— Na situação em que se encontra o sistema hoje, não adianta reduzir viagens, nós não operamos mais — alertou.

O coordenador-geral de Orçamento do Ministério das Cidades, Octávio Luiz Bitencourt, reforçou que a pasta já solicitou um crédito de R\$ 122 milhões para a CBTU, a fim de recompor o orçamento e garantir para 2018 ao menos o mesmo valor que foi gasto no ano passado para manter trens e metrôs em operação.

— O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, fez a solicitação, mas depende dos ministérios da área econômica. Estamos negociando. Baldy tem conversado com o ministro do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira. Temos feito várias reuniões com a Secretaria de Orçamento Federal — relatou.

Bitencourt acredita que os metrôs possam funcionar até



Teresa Cristina Freire, José Marques de Lima, Fátima Bezerra e Rômulo Orrico Filho debatem transporte urbano

julho, mas Lima avalia que a paralisação pode acontecer antes. Segundo ele, contratos de energia, folha de pagamento dos funcionários e outras despesas inviabilizam a continuidade da prestação dos serviços caso não haja uma recomposição imediata:

— Com essa redução que sofremos, teríamos que paralisar o sistema já em abril.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rômulo Orrico Filho observou que os investimentos em

mobilidade urbana ajudam a aliviar o trânsito das cidades e têm impacto positivo na produtividade.

— Reduzir investimentos em sistemas ferroviários urbanos é um contrassenso à economia.

Investimentos

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Lídice da Mata (PSB-BA) e a presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), manifestaram preocupação quanto ao corte orçamentário da CBTU. Segundo Fátima, a população mais

pobre que mora nas regiões metropolitanas e trabalha nas capitais seria a mais afetada.

Além da redução do orçamento para custeio, caíram também os recursos para investimento. Em 2012, ano que atingiu o pico de investimentos no setor, foram autorizados R\$ 783 milhões para a CBTU por meio do Programa de Aceleração do Crescimento. Este ano, menos de R\$ 40 milhões foram destinados para expandir linhas e adquirir novos trens, segundo Fátima.

Projeto dispensa aposentado com HIV de nova perícia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta que dispensa de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez.

Como tem votação final na CAS, o texto — substitutivo de Romário (Pode-RJ) ao PLS 188/2017, de Paulo Paim (PT-RS) — deve seguir para a Câmara, se não for apresentado recurso para que seja votado pelo Plenário do Senado.

No relatório, que foi lido por Dalírio Beber (PSDB-SC), Romário explica que o texto foi proposto pela Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos, uma entidade que luta por direitos das pessoas que vivem com HIV/aids. Ele ressaltou que, para ser aposentada por invalidez, uma pessoa já passou por diversos

períodos de auxílio-doença, o que atesta a degradação de sua saúde e a irreversibilidade dessa condição.

Paim lembrou que dois funcionários de seu gabinete, portadores do vírus HIV, morreram. Eles haviam recebido alta dos peritos, após reavaliações compulsórias. No relatório, Ro-

mário reforçou que um retorno à atividade “pode ser muito difícil, com consequências danosas para a subsistência da pessoa, sua saúde e qualidade de vida”. Citou ainda casos de pessoas que estão deixando de tomar a medicação para apresentar piora clínica, por medo de perderem a aposentadoria.



Marta preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou texto

Licença-maternidade de seis meses vai à Câmara

A licença-maternidade para quem trabalha pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deve passar de 120 para 180 dias, segundo proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Por ter decisão final na comissão, o projeto (PLS 72/2017), de Rose de Freitas (PMDB-ES) deve seguir para a Câmara.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que o período de seis meses dedicado à amamentação exclusiva é indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde. Ele elogiou os re-

sultados que já vem obtendo o Programa Empresa Cidadã, que concede benefícios fiscais para empresas que já ampliam a licença-maternidade das funcionárias para 180 dias.

Paim também disse que o aumento da licença possui respaldo científico e é melhor para o país economicamente.

— De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, os bebês que ficam seis meses ao lado da mãe têm reduzidas as chances de contrair pneumonia, desenvolver anemia e sofrer com crises de diarreia. O Brasil gasta somas altíssimas

por ano para atender crianças com doenças que poderiam ser evitadas — argumentou.

A proposta, entretanto, foi criticada por Cidinho Santos (PR-MT), que teme que a medida possa prejudicar as mulheres nas contratações no mercado de trabalho. A presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), disse que realmente as condições econômicas do país são difíceis. Considerou, no entanto, que talvez seja o momento de encarar o desafio de implantar no Brasil a medida já adotada em vários países europeus.

Projeto sobre intérprete judicial em ação trabalhista vai a sanção

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto determinando que as custas referentes a honorários de intérpretes judiciais nas ações trabalhistas caberão à parte derrotada.

O projeto (PLC 73/2011), do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), segue agora para a sanção.

Injustiça

Os intérpretes judiciais são contratados nos processos quando há a necessidade de ouvir depoimentos de es-

trangeiros ou de pessoas que se expressam pela Língua Brasileira de Sinais (Libras).

No relatório aprovado, o senador Humberto Costa (PT-PE) afirma que a proposta “corrige uma injustiça flagrante. É realmente absurdo que o trabalhador, ao necessitar do depoimento de uma testemunha estrangeira, tenha de pagar os honorários do intérprete judicial, quando ele triunfar no processo trabalhista”.

O relatório foi lido na CAS por Paulo Rocha (PT-PA).

Forró pode ser registrado como patrimônio imaterial brasileiro

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai promover uma série de audiências nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília e Natal para debater proposta que reconhece o forró como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

Os debates, que ainda serão agendados, foram sugeridos por Fátima Bezerra (PT-RN) e aprovados ontem.

A mobilização para transformar o ritmo em patrimônio imaterial veio dos músicos, compositores, intérpretes e dançarinos de forró. A iniciativa busca proteger a cultura e valorizar as danças e festas regionais.

O pedido de registro foi encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela Associação Balaio Nordeste, da Paraíba.

Festas juninas

“Desde 2011, o movimento artístico-cultural do Nordeste identificou mudanças na estrutura e programação das festas juninas, bem como nos espaços de produção e reprodução do que se convencionou chamar de autêntico forró nordestino, demandando a defesa e a proteção dos ritmos dessa forma de expressão cultural”, argumenta a senadora.

Avança fundo para compensação ambiental

Comissão mista aprovou ontem relatório da medida provisória que cria fundo para gerir indenizações por danos ambientais e altera tempo para contratação de brigadistas

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que autoriza a criação de um fundo de compensação ambiental aprovou ontem o relatório do senador Jorge Viana (PT-AC).

A MP 809/2017 autorizou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a selecionar um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. O relator fez alterações no texto enviado pelo governo, acatando 8 das 31 emendas. A MP será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O fundo financiará unidades federais de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental (APAs). Caberá ao banco executar os recursos, direta ou indiretamente. Ele também ficará responsável pelas desapropriações de imóveis privados que estejam em unidades de conservação beneficiadas pelo fundo.

A compensação ambiental



Presidente da comissão, deputado Assis do Couto, e o relator da MP, senador Jorge Viana, na reunião de ontem

é uma espécie de indenização pelo desmatamento, paga pelos responsáveis por obras com significativo impacto ambiental, como a construção de grandes fábricas ou hidrelétricas. O valor inicial do fundo deverá ser de mais de R\$ 1 bilhão.

Editada em 1º de dezembro de 2017, a MP tem de ser votada pelo Congresso até 22 de maio, sob o risco de perder a validade. A criação de um fundo privado de compensação ambiental é a grande questão

econômica do texto. Esse fundo passará a ser administrado por uma instituição financeira oficial, como Caixa, Banco do Brasil ou Banco da Amazônia.

Teto de gastos

Viana explicou que o fundo é vital para contornar os entraves criados pela Emenda 95, que fixou o teto de gastos. Segundo o senador, o fundo permitirá que projetos de conservação ambiental possam ser executados apesar do limite orçamentário determinado

pelo governo federal.

Com as mudanças da MP, os recursos das compensações ambientais deverão ter aplicação mais célere por parte do ICMBio nas atividades de conservação e monitoramento de áreas protegidas.

Outro ponto importante foi a autorização para que ICMBio e Ibama possam contratar pessoal sem concurso público por até dois anos para ações como combate ao fogo, controle de fontes poluidoras imprevistas, apoio em ações de conser-

vação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas.

Alterações

Entre os acréscimos feitos por Viana, está a possibilidade de conceder unidades de conservação para atividades de turismo ecológico, educação ambiental e recreação, mediante licitação.

Viana também acatou a sugestão do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) e da bancada ruralista e aumentou de 50% para 60% o percentual máximo de recursos da compensação ambiental que poderão ser destinados para ações de consolidação territorial, como pagamento de indenizações por desapropriação e regularização fundiária.

O relator acatou ainda pedido do deputado Nilto Tatto (PT-SP) para explicitar no texto que associações das populações tradicionais beneficiárias de unidades de conservação para exploração de atividades relacionadas ao uso público poderão firmar parcerias com o poder público sem necessidade de chamamento público.

Lúcia Vânia quer debate sobre fundos constitucionais

Em audiência da comissão mista da medida provisória que altera a forma de cálculo das taxas de juros para empréstimos dos fundos constitucionais, Cidinho Santos (PR-MT) defendeu que administração dos fundos seja transferida do Banco do Brasil para o BNDES.

Segundo o senador, a administração atual dificulta o acesso ao crédito de empreendedores não correntistas do banco, como associados

de cooperativas de crédito. A presença do BNDES como operador, disse, vai democratizar o acesso ao crédito.

A MP 812/2017 mudou o cálculo dos juros para financiamentos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A nova metodologia é baseada na Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu, a partir de 1º de janeiro, a antiga Taxa de Juros e Longo Prazo (TJLP).

A medida cria um bônus, que leva em conta diferenças regionais e de tipos de operação, para a incidência de juros. Com base na nova metodologia, a taxa ficaria menor para financiamentos em saneamento básico e logística, por exemplo. Já o capital de giro para empresas de maior porte estaria sujeito a juros maior. Da mesma forma, o investimento em regiões carentes teria juros menor que nas capitais de estados beneficiados. Mas para os administradores dos fundos, não há garantia de que os juros cairão.

A relatora-revisora da MP, Lúcia Vânia (PSB-GO), destacou a complexidade dos cálculos de juros e defendeu o aprofundamento dos debates, com a participação do Banco Central, "que deve explicar melhor as novas regras", disse.

Ângela defende MP que beneficia servidores de Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) apoiou a MP 817/2018, que trata do reequilíbrio dos servidores dos ex-territórios Amapá, Rondônia e Roraima nos quadros da União. A MP beneficia os que trabalharam entre 1988 e 1993.

Ela destacou decreto que pode prejudicar 3 mil pessoas, ao impedir o enquadramento dos que atuaram como prestadores de serviço para Roraima. E pediu ao relator, Romero Jucá (PMDB-RR), um posicionamento para que a situação dos servidores de Roraima se defina até o prazo da legislação eleitoral.

— Que os servidores possam ser incluídos nos quadros da União até 7 de julho.

Valadares pede apuração sobre uso de recursos em Sergipe

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que pedirá à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público a investigação de má aplicação de dinheiro do Proinveste, programa que financia obras de infraestrutura em Sergipe. Segundo ele, os recursos foram supostamente usados para pagar salários de servidores do estado.

— Vamos atrás dos órgãos responsáveis, que controlam a aplicação dos recursos, inclusive o Tribunal de Contas de Sergipe, para que eles revelem à sociedade qual a destinação desses recursos, se realmente houve essa irregularidade.



Enio Ferreira, Ademir Vilaça, deputada Simone Morgado e Lúcia Vânia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Lasier Martins (1º à esq.) ao lado de Armando Monteiro no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça

Novas regras para cartões corporativos vão à Câmara

Texto aprovado pela CCJ impõe requisitos para uso do cartão, criado para facilitar o pagamento de despesas por servidores federais. Gastos serão divulgados, mas identidade do usuário será preservada

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) confirmou ontem, em turno suplementar, a aprovação do projeto que impõe novas regras para acesso e utilização do cartão corporativo, criado para facilitar o pagamento de pequenas despesas por servidores federais. O texto tem votação terminativa na comissão e, se não houver recurso para análise em Plenário, segue para a Câmara dos Deputados.

Segundo o PLS 84/2016, podem utilizar o cartão servidores públicos efetivos ou comissionados dos três Poderes, ministros de Estado e autoridades de nível hierárquico equivalente.

Também podem ser portadores do Cartão de Pagamentos de Gastos Federais (CPGF) militares e empregados públicos efetivos, além de agentes públicos lotados em órgãos independentes.

O texto aprovado é um substitutivo de Lasier Martins (PSD-RS). A proposta original foi apresentada por Ronaldo Caiado (DEM-GO) para tentar barrar abusos.

O uso dos cartões corporativos pelo governo federal é regulamentado pelo Decreto 5.355, de 2005. Em 2008, a norma sofreu ajustes em função de suspeitas de mau uso, especialmente pela possibilidade de realização de saques em dinheiro.

O texto aprovado estabelece condições mínimas para habilitação ao uso do cartão. Lasier fez pequenos ajustes para vedar a concessão a quem tiver antecedentes criminais por crime doloso (intencional). O relator manteve a exigência do texto original de pleno gozo de direitos civis e políticos ao usuário, mas impôs um limite temporal de cinco anos para

que ele não tenha sido alvo de sanções civis, penais e administrativas pela prática de “atos desabonadores” no exercício da atividade profissional e da função pública.

Lasier justificou a última mudança na habilitação de uso como forma de não configurar “restrição de caráter perpétuo ao servidor”.

Internet

Para “preservar a intimidade da pessoa humana”, Lasier eliminou a previsão de divulgação na internet do nome e da matrícula do portador do cartão responsável pela despesa. Mas ficou mantida a divulgação do valor e da data de realização do gasto, além da publicação da quantidade de cartões distribuídos por unidade gestora.

A proposta também impõe um teto para pagamentos com cartões. A princípio, cada unidade gestora só poderia gastar, mensalmente, o correspondente a um doze avos do limite de licitação na modalidade convite. Lasier ampliou o parâmetro para um quarto do limite da modalidade convite, regulada pela Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993). Ele justificou o movimento para atender as unidades gestoras que ordinariamente efetuam gastos maiores, “estabelecendo que o valor se referirá à média mensal de gastos, apurada ao final do exercício”.

O texto, no entanto, criou uma exceção à regra do teto. Órgãos que necessitarem extrapolar o limite deverão se enquadrar em regulamento que defina as atividades e situações nas quais ele poderá ser flexibilizado. Apenas os órgãos sujeitos ao chamado Regime Especial de Execução (Decreto 93.872/1986) pode-

ão reivindicar essa ressalva.

O projeto proíbe saques em dinheiro com o cartão e veda a inclusão de qualquer acréscimo no valor da despesa a ser paga com ele. Mas o texto também busca amenizar essa restrição, garantindo mais uma exceção aos órgãos submetidos ao Regime Especial de Execução.

O texto explicita que a confidencialidade de despesas de caráter reservado ou sigiloso não deverá inviabilizar o exercício das competências dos órgãos de controle e fiscalização. Acréscimo ao texto feito por Lasier estabelece o compromisso das instâncias fiscalizadoras em manter o grau de sigilo original das despesas.

Limites

Lasier também acolheu emendas apresentadas por Marta Suplicy (PMDB-SP). A primeira determinou a edição de ato do Executivo estabelecendo limites para a aquisição de bens e contratação de serviços não enquadrados como suprimento de fundos. Se a norma não for editada, entretanto, deverá prevalecer a regra que limita as compras por unidade gestora, anualmente, à média mensal de um quarto do teto fixado pela Lei de Licitações. A segunda mudança determina que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) mantenha em sua sede, pelo prazo de cinco anos, informações detalhadas sobre o uso do cartão em despesas sigilosas, para eventual consulta pelos órgãos de controle. A última emenda dispensa a retenção de tributos na fonte sobre pagamentos efetuados por órgãos da administração pública federal com os cartões corporativos.

Licitação simplificada para material médico é confirmada

Proposta que permite a licitação simplificada diretamente de fornecedores para a compra de material médico-hospitalar, dando ao gestor público a opção de eliminar a intermediação de representantes comerciais ou distribuidores, foi confirmada ontem em turno suplementar pela Comissão de Constituição e Justiça. O texto, terminativo no colegiado, segue para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise em Plenário.

O PLS 171/2012, do senador Ivo Cassol (PP-RO), foi relatado pela senadora Ana Amélia (PP-RS). Pela proposta, os entes federados poderão comprar material médico e hospitalar, excluindo medicamentos, diretamente do fabricante, nacional ou internacional, sem a participação de intermediários.

O procedimento simplificado independe do valor da

aquisição, mas pelo menos seis fabricantes deverão ser convidados.

Os fabricantes que não forem convidados, mas manifestarem interesse em participar da licitação, poderão fazê-lo em até 24 horas antes da apresentação das propostas. A lista com os produtos que poderão ser comprados será definida em regulamento.

A licitação poderá ser dispensada se não houver interessados. E caso não haja fabricante nacional, a licitação simplificada poderá ser internacional, observada a legislação aplicável à importação dos bens.

A principal mudança feita no texto foi a exclusão da compra de medicamentos por procedimento simplificado, em razão do enorme volume de recursos financeiros envolvidos, o que exige mais cuidados, na opinião da senadora.

Projeto prevê meta anual para reinserção de menor infrator

Os planos de atendimento socioeducativo ao menor infrator podem passar a ter metas anuais de desempenho. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e que segue para decisão terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 151/2014 muda a lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas para o adolescente infrator. As metas anuais de adequação das unidades de

atendimento socioeducativo devem visar à saúde, educação, ressocialização e assistência psicossocial, além do acolhimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Os gestores que não elaborarem ou cumprirem a meta serão responsabilizados.

A autora do projeto, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), quer garantir que a retirada dos menores infratores do convívio com a sociedade cumpra o objetivo de recuperação. O relator, senador Telmário Mota (PTB-RR), fez emendas de redação.

País vive clima de intolerância, lamenta Paim

Paulo Paim (PT-RS) alertou para o clima de intolerância e instabilidade política no país. Referindo-se aos ataques à caravana do ex-presidente Lula no Rio Grande do Sul, o senador lembrou que a Constituição estabelece que a liberdade de pensamento e expressão e o direito de ir e vir estão garantidos a todos os brasileiros. Ele também criticou os que defendem a volta dos militares ao poder.

Paim destacou ainda os 15 anos do Estatuto do Idoso, de autoria dele, e lembrou que 2018 é o ano de valorização dos direitos dos idosos.



Waldemir Botelho/Agência Senado

RÁPIDAS

SUGESTÃO POPULAR PEDE ASSISTÊNCIA A AUTISTA PELO SUS

Os estados poderão criar centros de assistência a pessoas com autismo pelo SUS. É o que prevê a Sugestão Legislativa 21/2017, aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e que agora passa a tramitar como projeto de lei no Senado. O Dia Mundial do Autismo foi celebrado na segunda-feira. A sugestão legislativa foi feita por Irene Aguiar, do Ceará, via Portal e-Cidadania, e obteve 20.983 apoios para ser avaliada no Senado.

APROVADA SUGESTÃO DE JOVEM SENADOR SOBRE MONITORIA

Os senadores da Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovaram ontem sugestão legislativa sobre monitoria escolar no ensino médio público. A SUG 64/2017 foi elaborada no Projeto Jovem Senador e agora passa a tramitar no Senado como projeto de lei. Uma das previsões da sugestão é que os monitores recebam salário mínimo hora pela monitoria. O relator, Telmário Mota (PTB-RR), defendeu que a monitoria no ensino médio precisa ser normatizada.

Aprovada recondução de juiz a Conselho do MP

Em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, Valter Shuenquener de Araújo disse ser possível a execução da pena por condenados pela segunda instância da Justiça

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a recondução do juiz federal Valter Shuenquener de Araújo ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Foram 48 votos favoráveis, 6 contrários e 1 abstenção. A indicação havia sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela manhã, após a sabatina do indicado.

Durante a sabatina, ao responder sobre a possibilidade de execução da pena após a condenação em segunda instância, tema discutido ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o juiz disse haver argumentos defensáveis e sérios dos dois lados. Mas salientou ser possível a execução da pena, por não haver ofensa ao princípio da presunção da inocência.

— Ainda que se adote a execução provisória da pena, isso não significa que todos os condenados em segundo grau deverão automaticamente ser presos. É o posicionamento, por exemplo, do ministro do Alexandre de Moraes: não é um desdobramento automático da condenação em segundo grau, mas apenas uma possibilidade. [...] De qualquer forma, acho que este debate não se encerra hoje [ontem] porque,



Valter Shuenquener de Araújo e o senador Antonio Anastasia na reunião da comissão que sabatinou o juiz

independente da decisão, isso vai ter efeitos colaterais políticos e jurídicos que vão exigir no futuro uma solução que acomode esse estado de tensão — avaliou.

Sobre o foro de prerrogativa de função, popularmente conhecido como foro privilegiado, o sabatinado reconheceu a importância do instituto jurídico, que deve ser usado em casos específicos, na opinião dele, para que não haja vulgarização que comprometa o princípio da isonomia.

Ativismo

Depois de ouvir críticas de alguns senadores ao ativismo político de integrantes do Ministério Público, o juiz disse

que há gente “ultrapassando o sinal” e informou que o CNMP tem se preocupado com a situação.

— Promotor e juiz que gostam de holofote estão no lugar errado. [...] Acho abominável esse tipo de comportamento, que não vemos em outros países, independentemente do réu da ocasião — afirmou.

Na CCJ, o juiz foi aprovado por 21 votos favoráveis, 2 contrários e 1 em branco.

Currículo

Valter Shuenquener de Araújo é graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 1999. É mestre e doutor em direito público também pela Uerj, onde

leciona. Atualmente é juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Lula

O julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal tomou boa parte da sabatina. Lindbergh Farias (PT-RJ) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) defenderam a inocência do petista, criticaram a TV Globo e reclamaram do tuíte do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, repudiando a impunidade e pregando o respeito à Constituição.

Gleisi chegou a sugerir a suspensão da sabatina para

que a CCJ pudesse debater “o momento grave de deterioração da democracia”.

Humberto Costa (PT-PE) afirmou não caber a manifestação de um comandante do Exército num momento como este, o que poderia ser entendido como uma pressão sobre o STF. Ele ainda se disse indignado com o uso dessa manifestação pelos meios de comunicação.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou que está preocupada com o silêncio do general, que a essa altura já deveria ter dito que está sendo mal interpretado. Para ela e para Jorge Viana (PT-AC), é inaceitável a manifestação política de um comandante militar na véspera de um julgamento tão importante.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), por sua vez, não viu nada de mais na publicação. Ele criticou a omissão do Senado, que há três anos não põe em votação um projeto que garante a efetividade da prisão após a segunda instância.

— O general nada mais fez do que manifestar respeito à Constituição e à democracia. Estão fazendo uma tempestade em copo d’água. Sinceramente não vi nada fora da curva — opinou.



Mário Luiz Menel, Eduardo Braga, Leandro Caixeta Moreira e Edney Martins debatem MP

Comissão da MP sobre privatização do setor elétrico vai promover novos debates

O presidente da comissão mista que examina a medida provisória da privatização do setor elétrico, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), propôs a realização de uma audiência pública na quarta-feira para tentar um entendimento sobre o texto do relatório final. O relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), concordou com a sugestão. A MP 814/2017 retira da legislação do setor elétrico a proibição de privatizar a Eletrobras e suas subsidiárias.

Ontem a comissão promoveu debate com três convidados. O representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Leandro Caixeta Moreira, defendeu a continuidade do processo de licitação para a venda do controle acionário de empresas estatais de energia. Moreira afirmou que diversas empresas de energia elétrica da Região Norte são deficitárias e deveriam ser privatizadas.

O presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico, Mário Luiz Menel da Cunha, avaliou que a privatização das empresas previstas na MP seria a melhor solução.

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Amazonas, Edney Martins, afirmou que após a privatização de várias empresas de energia no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as tarifas aos consumidores aumentaram 169% em apenas quatro anos. Para Martins, é direito do cidadão ter energia elétrica a preços módicos.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) declarou que a MP é nociva ao país e defendeu mais tempo para discussão. Julio Lopes respondeu que deve-se evitar a judicialização.

A MP foi editada dezembro de 2017 e tem de ser votada até 1º de junho para não perder a validade.

Comissão apresentará na terça relatório sobre a venda de petróleo do pré-sal

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que permite a venda direta do petróleo extraído da camada do pré-sal em posse da União concluiu ontem seu ciclo de audiências públicas. E marcou para a próxima terça-feira a apresentação do parecer final sobre a MP 811/2017.

No debate, um dos pontos centrais foi a discussão sobre a melhor maneira de comercializar o petróleo. O texto original da MP prevê que seja preferencialmente por leilão.

O consultor jurídico da estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), Olavo Bentes, defendeu a aprovação da medida para acelerar a negociação dos recursos.

— A comercialização do petróleo da União é imprescindível para que a indústria do petróleo nacional funcione — afirmou.

Para o representante do Ministério do Planejamento, Walter Baere, a medida

provisória não acarretará prejuízos à União.

— A PPSA não fica, de forma nenhuma, livre para estabelecer e vender pelo preço que melhor convier aos seus interesses. Isso porque nós fixamos como parâmetro, na própria medida provisória, o preço de referência da ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis], que é reconhecido pela indústria de petróleo nacional — disse.

Para o relator, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), a iniciativa beneficia as refinarias brasileiras e o controle da importação de derivados de petróleo.

— Não podemos perder a oportunidade de reforçar o crescimento da nossa indústria petroquímica e da nossa indústria de derivados, no sentido de que a gente possa dar sequência a um esforço de ampliação da nossa capacidade de refino.



Em audiência, Olavo Bentes, deputado Julio Lopes, senador Fernando Bezerra e Walter Baere